



# Jogo Rápido

Boletim Informativo da ASSIBGE-Sindicato Nacional • nº 237 • 15/4/2008

## **IBGE reconhece erros em seu Plano de Carreira e propõe revisão da tabela salarial**

**N**a primeira reunião do ano com o Sindicato, realizada dia 9 de abril, a direção do IBGE finalmente reconheceu que houve erros no encaminhamento do Plano de Carreiras. A Executiva da ASSIBGE-SN e os representantes da Comissão de NI questionaram sobre que fatos da conjuntura determinaram a não apresentação de uma proposta para o funcionamento do tal Grupo de Trabalho para analisar a situação dos trabalhadores do Nível Intermediário.

Os representantes do IBGE admitiram que subestimaram o papel do Sindicato nas negociações do Plano de Carreiras. Achavam que os salários do Nível Intermediário estavam a contento e agora reconhecem que o pleito da categoria é justo.

Para a direção do IBGE não se deve reivindicar a recomposição ou reajuste, mas a rediscussão dos valores das tabelas do Plano de Carreiras. E isso deve ser feito tomando como base a importância do IBGE enquanto um órgão público estratégico para o País.

A direção do IBGE entende que isso deve ser feito agora, quando o governo retomou negociações com representações de outras categorias, fruto das pressões sindicais, com o pessoal do Fisco, do Banco Central e da Carreira de Gestão.

### **Situação de pessoal no IBGE**

Em levantamento recente a direção do IBGE constatou que existe uma carência de 3 mil cargos de Nível Intermediário e 800 de Nível Superior, para suprir as demandas de serviços executados pelo órgão. Além disso, 1.480 trabalhadores do quadro que estão recebendo Abono Permanência já têm condições de se aposentar.

Isso apenas comprova o alerta da ASSIBGE-SN para a gravidade do problema de falta de pessoal e o esvaziamento do IBGE, às vésperas de mais um Censo Populacional (2010).

O IBGE informou que está negociando com a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento a realização de concursos para o preenchimento de duas mil vagas. Mas a expectativa é que o preenchimento dessas vagas seja realizado de forma escalonada, em três ou quatro anos.

Em função disso, o Sindicato reafirmou a necessidade da convocação dos concursados de 2006. Os representantes do IBGE disseram que o governo deve autorizar até o final de maio o preenchimento dessas vagas. No entanto, segundo a direção do IBGE, não existe mais lista de espera, o número de vagas a serem preenchidas é menor e poderão ser chamados somente 166 dos 324 que foram aprovados. O IBGE aguarda apenas autorização formal do Ministério do Planejamento. Também informaram que tiveram

autorização para mais 15 vagas de Pesquisador na ENCE.

### **Indenização de campo**

O IBGE baixou uma resolução (Resolução nº 4, fevereiro/2008), que não concede a indenização de campo ao servidor que necessita se afastar para a Zona Rural de um município vizinho ao Município Sede.

Na verdade o decreto 5.992, em seu artigo 4º, estabelece que a indenização de campo deve ser paga a todo servidor que se afastar do perímetro urbano do Município Sede.

Ficou acertado que o Sindicato e a direção do IBGE farão uma consulta administrativa à Coordenação de Recursos Humanos do IBGE, para solicitar que o Ministério do Planejamento dê um parecer sobre a questão.

### **Ponto Eletrônico/Catracas**

A direção do IBGE informou que vai baixar uma regulamentação sobre algumas dúvidas mais frequentes que estão acontecendo em relação ao controle de ponto nas Unidades e a implantação de catracas. Uma das questões mais complicadas são as consultas médicas e odontológicas. Segundo o IBGE as regras serão as mesmas em todo o País: as unidades funcionarão das 7h às 19h, haverá 6 horas de crédito mensal para todo servidor resolver problemas pessoais, bancários e consul-

tas médicas e odontológicas. Somente tratamentos médicos serão abonados, como exemplo citou a fisioterapia.

### **Serviços Médicos e Plano de Saúde**

O IBGE reafirmou que não tem condição de assumir a administração do Plano de Saúde dos trabalhadores, alegando que não possui pessoal, estrutura e dinheiro para isso. A direção do Sindicato questionou os argumentos do IBGE, lembrando que é possível contratar empresas ou fazer auto-gestão e que é função do IBGE zelar pela saúde de seus funcionários.

Em relação aos serviços médicos e a falta de médicos nas unidades o IBGE alega que está tentando terceirizar esse setor, mas que as empresas disponíveis pagam salários pela tabela da AMB e que quase nenhum profissional se interessa em trabalhar com essa remuneração.

Questionada sobre o valor do Auxílio-Saúde (R\$42,00), a direção do IBGE informou que fez gestões junto ao governo sobre a possibilidade do valor do Auxílio ser escalonado, ou seja, de acordo com a faixa etária do servidor. O governo negou essa possibilidade, alegando que teria que pagar o mesmo a todos os servidores do executivo.

Foi retomada a proposta de uma Comissão de Saúde, com representação paritária entre Sindicato e direção do IBGE, para

levantar propostas sobre a questão da Saúde dos trabalhadores.

## **Pagamento integral do valor da Gratificação (GDIBGE) para os aposentados**

Com base nas iniciativas que foram tomadas para corrigir as distorções do pagamento de gratificações a servidores aposentados do INPI, Inmetro e FioCruz, a ASSIBGE-SN questionou os cálculos aplicados no caso do IBGE, que levam os aposentados a receberem somente 50% do valor da GDIBGE sobre o vencimento básico.

O RH do IBGE ficou de entrar em contato com o RH da FioCruz para saber quais foram os procedimentos que levaram à alteração do pagamento dos valores da gratificação aos aposentados e o IBGE deve fazer nova consulta a este respeito ao Ministério do Planejamento.

Uma Comissão do Sindicato esteve no dia seguinte à reunião com a Coordenadora de RH da Fundação Oswaldo Cruz, que se colocou à disposição da direção do IBGE para esclarecer o que for necessário à correção dos valores. A FioCruz mandou pagar inclusive os valores retroativos.

## **Liberação de ponto para delegados e observadores ao 8º Congresso da ASSIBGE-SN**

A Executiva Nacional solicitou, com a apresentação de um Ofício Circular do Ministério do Planejamento, datado de 23 de julho de 2004, que delegados e observadores ao 8º Congresso sejam dispensados de compensar os dias do evento (22 a 26 de abril de 2008). A direção do IBGE acatou o pedido do Sindicato, orientando que delegados e observadores ao Congresso apresentem o Certificado de Participação no evento, expedido pela ASSIBGE-SN, em suas respectivas unidades.

## **Ministra do Supremo recolhe dados sobre contratações irregulares no IBGE**

A ASSIBGE-SN protocolou no mês de janeiro deste ano um pedido de audiência com a Ministra que está para decidir sobre uma ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade - sobre o trabalho temporário para as atividades contínuas do IBGE. Isto porque a lei que prevê essa modalidade de contratação, de nº 8745, foi alterada em 1999 para incluir, além de recenseamento, a frase "e outras pesquisas de natureza estatística", o que não modificou o caráter excepcional de sua aplicação, dando margem para o IBGE trabalhar com essa mão-de-obra desde 1987. AADIN é de autoria do ex-procurador da República Cláudio Fonteles.

Na audiência, que ocorreu dia 18/3, em Brasília, com a participação do Dr. Paulo Vinícius (advogado do Sindicato), apresentamos diversas informações sobre a contratação temporária, um quadro comparativo com os servidores do RJU (ou seja, quanto representavam proporcionalmente), desde quando o IBGE trabalha com essa

mão-de-obra. Além disso, manifestamos nossa preocupação com a qualidade, sigilo, supervisão, dinheiro gasto em treinamento, tempo para formação, aditamentos mensais, etc e frisamos a tendência crescente deste tipo de contratação na instituição, em detrimento do concurso para efetivos.

Falamos das datas de concursos (escassos), do número de vagas e das vagas que não foram autorizadas.

A Dra. Carmem Lúcia disse que a Ação não é para determinar a realização de concurso, já que isto é de competência de outra instância de governo. O julgamento apenas vai determinar se o IBGE poderá continuar a usar mão-de-obra temporária ou não. E frisou que se o IBGE tem os cargos para concurso, não pode usar mão-de-obra temporária. Se não tiver os cargos poderá, em caráter excepcional, usá-los até a sua aprovação pelo Poder Executivo. Neste momento a Juíza está colhendo dados para proceder ao julgamento.

Entregamos a ela os documentos que colhemos, comprovando que os contratados estão em todo o Brasil e agências, com números, inclusive exercendo funções reservadas aos trabalhadores do quadro.

## **Nova atividade mobiliza aposentados e pensionistas no Rio**

Aposentados e Pensionistas do IBGE do Rio realizaram mais uma atividade que lotou o Auditório da Sede do Sindicato. Foi no dia 10 de abril, quando foram passados informes sobre a campanha salarial, a re-

união com o IBGE e o andamento das ações judiciais e o 8º Congresso da ASSIBGE-SN, houve palestra informativa sobre Saúde, e a Feira de Artesanato, que reuniu mais de dez expositores. Ao final houve a já tradicional confraternização. A iniciativa foi da Secretaria de Aposentados e pensionistas (SAP) e a categoria mais uma vez respondeu positivamente.



## **8º Congresso será o maior da história da ASSIBGE-SN**

Já foram eleitos mais de 250 delegados em todo o País e ainda falta contabilizar as informações e nomes de alguns estados. Com esses dados já é possível afirmar que o 8º Congresso da ASSIBGE-SN será o maior evento nacional realizado pelos trabalhadores do IBGE em todos os tempos.

Para auxiliar nos debates todas as Teses inscritas foram disponibilizadas no Portal da ASSIBGE-SN na internet e um caderno com as Teses foi publicado para ser distribuído para toda a categoria.

É fundamental que todos os delegados tenham a consciência e responsabilidade não só de representar a categoria, como também assumam o compromisso de repassar o que for decidido para a sua base.

### ***I Encontro dos Contratados***

*Será em Caeté, Minas Gerais, dia 22 de abril, no mesmo local do 8º Congresso da ASSIBGE-SN. O I Encontro dos Contratados deverá reunir delegados de praticamente todos os estados e discutir as reivindicações, além de buscar formas de organização e participação deste setor da categoria na Campanha Salarial 2008.*